



CARTA ABERTA A PAIS E SOCIEDADE EM GERAL

NOTIFICAÇÃO PÚBLICA A GOVERNANTES, POLÍTICOS E RESPONSÁVEIS PÚBLICOS

A IDEOLOGIA DE GÉNERO, AS ESCOLAS E AS CRIANÇAS

Este documento, enquanto carta aberta, é dirigida aos Portugueses em geral, pais em particular, e tem o objectivo de os alertar para o perigo que os seus filhos correm como consequência da endoutrinação na ideologia de género a que estão a ser submetidos nas escolas públicas em geral.

Enquanto notificação pública, este documento é dirigido a todos os governantes, políticos, responsáveis públicos, direcções escolares, professores, todos os envolvidos no processo de endoutrinação das crianças e jovens portugueses na ideologia de género, e tem o objectivo de os notificar publicamente para as consequências legais a que estão sujeitos e ao julgamento popular que acontecerá quando os Portugueses perceberem o que está em causa.

Esta Carta Aberta e Notificação Pública é apartidária e ideologicamente neutra, é em defesa de uma sociedade e de um ensino público de qualidade, dignos e livres de influências ou imposições políticas e ideológicas.

Os autores e signatários deste documento deixam claro desde já que não são contra o direito que cada um tem de decidir o que ser ou fazer da sua vida, são sim contra a imposição de vontades ou ideologias a outros, especialmente quando envolvem crianças e as colocam em perigo.

Todos conhecemos a realidade do ensino público em Portugal. A falta de meios humanos, materiais, verbas e um programa curricular pobre em termos de estímulo à criatividade e desenvolvimento pessoal são uma realidade. O sistema de ensino actual não cria pensadores, está pensado para criar trabalhadores obedientes.

Para agravar ainda mais esta realidade, temos a imposição nas escolas da ideologia de género, através do programa da disciplina de cidadania mas que é transversal, uma vez que já foram identificados conteúdos desta ideologia em manuais de várias disciplinas e até em literatura diversa em bibliotecas escolares, públicas e muitas livrarias.

As origens da Ideologia de género

A Ideologia de género ou Teoria de género é uma doutrina que se desenvolveu no final do Séc. XX e início do Séc. XXI. Defende que as diferenças entre o masculino e o feminino se devem a construções sociais e culturais, deixando de lado as características biológicas dos indivíduos.

Esta corrente deriva do marxismo cultural (Karl Marx*) e propõe colocar o social acima do biológico, de forma a dar à pessoa o poder de definir e decidir sobre o seu sexo, sexualidade e género. A teoria combina ideias da teoria queer, que define o género como uma construção social.

*Textos de Karl Marx descrevem a família como uma forma de propriedade privada a ser abolida, entre muito mais e igualmente mau.

É então necessário perceber que a ideologia de género é, como o próprio nome indica, uma ideologia, não é nem nunca será uma ciência!

Para piorar e agravar ainda mais esta realidade, é imperativo que os pais e portugueses em geral saibam que o “pai” desta “versão” moderna da ideologia de género, o psicólogo John Money, defendia relações sexuais entre crianças e adultos, inclusive da própria família, tendo até expressado isto numa entrevista à revista Time, em Abril de 1980. Isto são factos que pode constatar se pesquisar sobre o assunto!

NOTA: Veja mais sobre John Money nestes links, clique para ver [LINK1](#) [LINK2](#) [LINK3](#) [LINK4](#) [LINK5](#)

Percebe a extensão da gravidade da situação?

O que acha que um governo e responsáveis que promovem isto pretendem e quais os objectivos?

Isto é um autêntico atentado aos valores morais, à inocência das crianças e família tradicional como pilar da sociedade, precisamente o que querem destruir com esta ideologia doentia e decadente.

A Constituição da República Portuguesa, no seu Artº 43 (Liberdade de aprender e ensinar), alínea 2, estabelece que “O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.”

Então como é que é imposta e ensinada uma ideologia nas escolas?

Onde estão o Tribunal Constitucional e Presidente da República, os supostos defensores e garantes do respeito da Constituição da República Portuguesa?

Alguns factos, para reflexão.

Sabia que, com base na lei 38/2018 de 7 de Agosto e as leis que tentaram aprovar em Dezembro de 2023 permitem ou viriam a permitir que:

A partir dos 3 anos de idade, pode ser incutida nas escolas a ideia de que o menino pode ser menina e a menina pode ser menino.

A partir dos 6 anos é possível uma criança auto-determinar-se do sexo ou género que quiser.

Aos 16 anos é possível alterar o nome no registo civil sem que os pais tenham conhecimento ou uma palavra a dizer.

As escolas podem implementar casas de banho “mistas” e o uso dos balneários de acordo com a “singularidade e o auto-determinado género” privilegiando uns e colocando em risco todos os outros.

Neste contexto, muitas escolas estão a permitir que associações de cariz duvidoso, como a ILGA, rede Ex Aequo, Casa Qui, entre outras associações LGBT, entrem nas escolas como “parceiros sociais” para darem “formação” aos nossos filhos em temas íntimos como orientação sexual, na maioria das vezes sem conhecimento dos pais, desconhecendo-se o currículo e a idoneidade dos “formadores” envolvidos.

Isto pretende claramente influenciar e condicionar as crianças e jovens, formatando-os numa idade de auto-descoberta o que terá seguramente consequências graves, físicas e psicológicas.

De acordo com a alteração à lei 38/2018 aprovada na assembleia a 21 de Dezembro último, entretanto vetada pelo presidente da república por pressão de muitos milhares de portugueses, os filhos poderiam ser legalmente retirados aos pais em caso de discórdia destes quanto à auto-determinação e expressão de género dos filhos.

NOTAS:

Os projectos lei 332/XV do PS, 21/XV/1ª do PAN e 359/XV/1ª do BE, no seu artº 4º, alínea 3, previa que os filhos fossem imediatamente retirados aos pais caso se queixassem, na escola, de que os pais não aceitavam e não respeitavam a sua liberdade em auto-determinarem-se do outro sexo.

Ver artigos de dois juristas (clique): [ARTIGO1](#) [ARTIGO2](#)

O texto final, que englobava esses projectos lei, foi aprovado na generalidade e na especialidade na AR, mas mais tarde foi vetado pelo Presidente da República. O que não impede que, por exemplo, a lei das casas-de-banho e da mudança de nome de acordo com o género autodeterminado pela criança, já tenham sido aplicadas em muitas escolas e façam parte do guia "Direito a Ser nas Escolas", que foi enviado para a escolas em JUNHO de 2023 (veja documento mais à frente).

Já a lei 133/XV da denominada «Proibição e criminalização da Terapias de conversão forçada», aprovada com os votos de todos os partidos menos do CHEGA, e promulgada pelo PR, também prevê que, caso os pais contrariem a autodeterminação de género de um filho possam ser punidos com uma pena que pode ir até aos três anos de prisão ou de 2 a 20 anos de inibição do exercício da parentalidade.

Ver artigo de um jurista (clique): [ARTIGO](#)

A que estamos a assistir?

Campanhas que vulgarizam a verdadeira “disforia de género”, banalizando-a como se fosse uma coisa “fixe e da moda”, quando até há pouco tempo era tratado como uma doença do foro psicológico.

Ataque declarado e coordenado a todos aqueles que discordam ou pensam diferente desta ideologia doentia.

Campanhas que apregoam a “inclusão, igualdade e diversidade”, mas que se extinguem na comunidade LGBT, excluindo dramaticamente a “igualdade” de direitos de todos os outros. Onde estão os documentos oficiais da ONU e OMS, os guiões internacionais, as bandeiras, as manifestações públicas, os livros escritos especificamente para disléxicos, autistas, crianças com défice de atenção, surdos, hiperactivos, entre outros?

Esta campanha é uma imposição ideológica, fraudulenta e usurpadora dos reais direitos da vasta maioria da comunidade escolar, promovida através do uso e manipulação de uma minoria que não percebe que está a ser usada.

A apregoada “*sociedade mais livre e com mais amor*” está a ser construída subjugando a maioria a uma minoria com o apoio do Estado, muitas corporações e o aplauso dos mais distraídos;

Decorrem com uma regularidade cada vez maior campanhas fora das escolas, no formato “Pride dos Pequeninos” como a que aconteceu em Évora em 2023, com exposições de cariz sexual como já aconteceu numa Igreja, na Penha de França, Lisboa, também com exposições de pinturas de cariz sexual e histórias para crianças contadas por Drag Queens, como aconteceu com o Diogo Faro e elementos da referida comunidade em várias FNACs do país.

A que consequências estamos já a assistir?

Jovens confusos, com problemas psicológicos, problemas familiares e de socialização.

O aumento exponencial do uso de bloqueadores de puberdade, (hormonas comumente usadas na castração de violadores), no tratamento de crianças e adolescentes com “disforia de género”, da generalização de cirurgias profundas e definitivas em pessoas ainda em desenvolvimento e cheias das dúvidas próprias da idade.

Alta taxa de suicídio entre jovens trans, cirurgias que correm mal, jovens que se arrependem das cirurgias e desejam reverter o processo que entretanto já não é possível fazer.

A você que é pai ou mãe, tio ou tia, avó ou avô... esta endoutrinação e consequências não o/a incomoda?

Não incomoda que a Escola e o Estado vos ultrapasse enquanto educadores, usurpando-vos o direito de formar, educar, orientar e balizar a vida que criaram, imiscuindo-se na vossa vida privada e familiar de forma tão íntima?

O Artº 26º da Constituição da República Portuguesa, alínea 1, diz:

“A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à reserva da intimidade da vida privada e familiar...”

É lamentável, triste e preocupante a opção generalizada de muitos pais fecharem os olhos quando confrontados com esta informação, vencidos pelos *slogans* de propaganda da “inclusão, igualdade e diversidade”, sem questionarem, sem tentarem saber mais, sem conseguirem abstrair-se do mediatismo criado à volta desta campanha cerrada.

Os autores e signatários desta carta aberta e notificação pública querem deixar claro não nos movemos pelo ódio mas sim pelo amor e respeito pelo próximo.

Respeitamos o direito que cada ser humano tem de ser quem é, sem rótulos ou preconceitos. Defendemos a realidade biológica, respeitamos aqueles que sofrem da verdadeira “disforia de género” e os valores da família sem preconceitos ou imposições, mas não podemos nem vamos aceitar que esta doutrinação inconstitucional instrumentalize as crianças com o objetivo de normalizar uma exceção, sexualizando-as e erotizando-as precocemente, constituindo isto um abuso infantil, em última análise um crime doentio e decadente!

É imperativo que os pais e portugueses em geral saibam que os guiões internacionais da ONU (organização das nações unidas) e OMS (organização mundial de saúde) já adoptados em Portugal preveem começar a iniciação à sexualidade e masturbação nas nas creches.

NOTA: Clique para ver documentos: [DOC1](#) [DOC2](#)

É imprescindível que os pais e portugueses em geral saibam que os manuais *Kinder*, *Presse* e *Direito a Ser nas Escolas* já estão ou estarão brevemente a circular entre professores com o objectivo de introduzir com ainda mais força a Ideologia de Género nas escolas.

NOTA: Clique para ver documentos: [KINDER](#); [PRESSE 1º CICLO](#), [2º CICLO](#), [3º CICLO](#), [SECUNDÁRIO](#); [DIREITO A SER NAS ESCOLAS](#)

Sabia que, por exemplo, em creches de algumas cidades alemãs têm salas de masturbação, segundo noticiado recentemente no jornal “Die Welt”?

NOTA: Clique para ver artigos: [ARTIGO1](#) [ARTIGO2](#)

É necessário que os pais saibam que algumas escolas têm permitido a entrada a um certo “artista” que se apresenta em actuações musicais onde simula actos sexuais e que em Leiria foi recentemente realizado um Festival Drag, com entrada para maiores de 6 anos, idade essa que só foi alterada após pressão de pais de Leiria e muitos outros espalhados pelo país. A sexualidade de cada um deve ser vivida de forma digna e privada, e não ter palco público para devassa da intimidade e pudor de cada qual, em deboche, exibicionismo e provocação, especialmente quando isto envolve crianças.

Impõem-se as seguintes questões e reflexão:

O que acha que é pretendem com tudo isto?

Porque querem confundir, erotizar e sexualizar os nossos filhos precocemente?

Acha que isto é inocente?

O que acha que vai acontecer às crianças que estão a ser submetidas e isto, quando chegarem a adultos? Muitos estarão confusos, disfuncionais, não saberão se são homens ou mulheres e tampouco se quererão constituir família ou ter filhos.

Que impacto terá isto na taxa de natalidade dos portugueses?

Os autores e signatários desta carta aberta e notificação pública exigem e informam que;

Respeite-se a Constituição da república Portuguesa!

Respeitem-se os direitos dos pais, das crianças e da reserva da vida familiar.

Não vamos permitir que erotizem e sexualizem precocemente os nossos filhos!

Não vamos permitir que endoutrinem os nossos filhos!

Não vamos ficar por aqui!

Não nos vão calar!

Fazemos um apelo a todos os que ainda não o fizeram, para que ACORDEM, pelos vossos filhos, passem esta informação, afirmem o vosso direito supremo que como pais têm de educar os filhos, exigindo às escolas que assumam apenas o seu lugar de cooperação na formação dos adultos de amanhã, como afirma a nossa Constituição.

Acordai! É hora dos pais!